



**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA  
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS  
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
PARA DEBATER A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DE  
SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 5 DE JULHO DE 2021, ÀS  
17H30MIN, NA SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES DO PALÁCIO  
BARRIGA-VERDE, POR VIDEOCONFERÊNCIA**

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** – Boa tarde a todos, boa tarde a todas. Nós vamos dar início a esta audiência pública, mas antes eu quero fazer a minha audiodescrição em respeito à Solange e a todos e todas que merecem que também sempre pensemos na inclusão.

Sou a Deputada Luciane, tenho pele clara, cabelos claros e curtos, estou com uma blusa clarinha embaixo de um casaco vermelho, e ao meu fundo temos uma parede cinza com um telão aparecendo parcialmente. Feita essa audiodescrição, desejo que tenhamos uma ótima audiência. Quero cumprimentar todas as autoridades, os senhores e as senhoras.

*(Passa a ler.)*

“Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, estamos dando início a esta audiência pública convocada pela Comissão de Direitos Humanos, atendendo proposição de nossa autoria – e já informo que a Deputada Ada De Luca, que preside esta Comissão, justificou a sua dificuldade em participar em função de compromissos já assumidos –, que tem por objetivo debater a política de assistência social no Estado de Santa Catarina.

Durante anos acompanhamos a política pública de assistência social em nosso Estado e atuamos, junto com a sociedade civil organizada e o controle social, debatendo sobre a gestão estadual dessa política. Já realizamos diversas audiências públicas e das mais recentes, em 2016, caminhamos juntos até a Secretaria de Estado para que o Secretário da Pasta nos atendesse e ouvisse as reivindicações de usuários, trabalhadores, entidades e gestores do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Em novembro de 2017 realizamos audiência pública para debater o orçamento e os recursos para a assistência social e estamos, desde 2011, na luta para que a assistência social tenha um percentual mínimo no orçamento, assim como tem a saúde, a educação e as demais políticas de Estado.

Em todos esses anos lidamos ainda com a não prioridade do Executivo estadual na política de assistência social. Avançamos, sim, com a Lei do Fundo Estadual de Assistência Social, mas se essa lei não sair do papel será um avanço fictício. Os gestores e os Conselhos de Assistência Social precisam debater com responsabilidade a destinação desses recursos e também a instabilidade no repasse do Estado aos Municípios, que precisa ser, e assim defendemos, de forma automática e periódica, conforme a própria Lei do Feas.

Causa-nos muita angústia, lá na ponta, lá na base, os Conselhos Municipais receberem os valores e os planos de trabalho a toque de caixa, sem poder, muitas vezes,



dialogar e deliberar com o tempo suficiente, debatendo com profundidade as necessidades dos usuários do Suas.

Quanto à regionalização – que é outra pauta importante – dos atendimentos e serviços de média e alta complexidade, não temos avanços até hoje. Precisamos de um plano de regionalização que seja construído pela Secretaria de Desenvolvimento Social junto com os Municípios e com os Fóruns e as entidades socioassistenciais com o propósito de subsidiar atendimentos e serviços em todo o Estado de Santa Catarina, agregando os Municípios por sua regionalização. E para que esses serviços avancem, é imprescindível a realização de concurso público para a Secretaria de Desenvolvimento Social, que abarca muitas políticas: assistência, direitos humanos, habitação, segurança alimentar e nutricional, dentre outras tão importantes políticas públicas. Também temos dez Conselhos de proteção de direitos que estão vinculados a essa Secretaria.

Portanto, uma Secretaria com esta dimensão não pode ser administrada sem servidores efetivos e servidoras efetivas e em quantidade suficiente para ofertar ao Estado um serviço de qualidade e integral.

A pandemia da Covid-19 ressaltou essas demandas: usuários sem informação, sem acesso a determinados direitos e à atenção devida, trabalhadores sem Equipamentos de Proteção Individual adequados, falta de recursos, fome e desemprego crescendo. Se a atuação da assistência social era para ser essencial antes, ela multiplicou a sua essencialidade neste período atípico de isolamento, distanciamento e vulnerabilidade.

Nesse contexto, logo em abril de 2020, unimos quinze Fóruns, instituições e entidades e criamos o Comitê Suas/SC – Covid-19: Em Defesa da Vida, em razão da ausência de gestão estadual no contexto da crise sanitária e social em que nos encontramos. Durante o curso da pandemia, ainda ficamos mais de sessenta dias sem gestor ou gestora na Pasta. Em 2021, com nova gestão, conseguimos um auxílio emergencial aos usuários do Suas, mas que ainda deixa uma parcela fora desse recurso. Ademais, seguimos com os atendimentos nos equipamentos do Suas sem a vacinação dos profissionais em razão de sua categoria. É uma dívida que o Executivo estadual tem com os trabalhadores e as trabalhadoras do Suas.

Ressaltamos que as representações aqui convidadas, em conjunto com o coletivo do Comitê Suas /SC – Covid-19: Em Defesa da Vida, irão apresentar um documento oficial ao governo do Estado e às Secretarias de Estado com as considerações que motivam esta audiência pública.

Diante desta breve introdução, considerando que estamos em um ano de Conferência de Assistência Social, esta audiência pública, articulada pela sociedade civil organizada por meio do Fórum Estadual Permanente de Assistência Social (Fepas) e deliberada pelo Conselho Estadual de Assistência Social (Ceas), tem o propósito de apresentar o cenário da situação atual da assistência social em Santa Catarina, valendo como uma pré-conferência estadual, com o objetivo de organizar nossas pautas e fortalecer nossas lutas pela implementação e efetivação da política de assistência social no Estado de Santa Catarina.

Por tudo isso, desejamos a todos um excelente debate.”

Eu quero passar também a ideia de como se desenvolverá esta audiência para que todos e todas que estão conosco aqui e que farão falas e também para os que nos acompanham através do canal da TVAL possam compreender como será essa dinâmica. Nós teremos as falas das onze autoridades aqui convidadas, que terão o tempo de cinco minutos a sete minutos para se manifestar – e quando completar cinco minutos eu aviso, para que possamos ficar no tempo previsto –; depois nós teremos a manifestação dos Deputados e os encaminhamentos finais. Tudo bem?



Eu não estou vendo aqui o Secretário Claudinei, mas recebi a informação extraoficial de que ele não passou bem no final de semana. Gostaria de saber da Luciane ou do Álvaro se procede essa informação.

**O SR. ÁLVARO AUGUSTO PORTELLA TRENTO COLLE CASAGRANDE** – Boa tarde, Deputada, boa tarde a todos.

Sim, o Secretário ficou resfriado no sábado e no domingo e hoje ainda está indisposto. Portanto, infelizmente ele não poderá comparecer, mas nós estamos aqui para dar todas as informações que forem necessárias. Ficamos à disposição, Deputada.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** – Eu quero já agradecer a presença do Álvaro Augusto Portella Trento Colle Casagrande, consultor jurídico da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, e da Luciane Natalícia dos Passos, diretora de Assistência Social da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, logo vou passar a palavra para vocês se manifestarem.

Quero desejar boas melhoras ao Secretário. Eu conversei com ele na sexta-feira por telefone, inclusive ele confirmou, naquele momento, a presença na audiência. Nós fizemos um roteiro em alguns Municípios do oeste e dialogamos com os usuários e com os gestores, não só no ato de inauguração dos CRAS e Creas, sobre a importância que tem a política da assistência social no sentido de garantirmos que o financiamento seja mais robusto, conforme essa política exige – eu quero só traduzir aqui as palavras do Secretário e desejar boas melhoras.

Vou passar a palavra agora, mas não sei se começa com o Álvaro ou com a Luciane. Vocês preferem falar os dois ou um dos dois?

**O SR. ÁLVARO AUGUSTO PORTELLA TRENTO COLLE CASAGRANDE** – Fala a Luciane, que é a diretora de Assistência Social da Secretaria.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** – O.k.

Passo, então, a palavra para a senhora Luciane Natalícia dos Passos, diretora de Assistência Social da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social. São pautas históricas da Secretaria que ela conhece muito bem.

**A SRA. LUCIANE NATALÍCIA DOS PASSOS** – Muito obrigada.

Boa tarde, Deputada Carminatti, boa tarde a todas e a todos.

Mais uma vez coloco aqui o sentimento do nosso Secretário, que infelizmente não pôde participar. Então, Deputada, em nome do governo do Estado eu elenquei alguns pontos que o Secretário faria na sua fala. No mais a gente se coloca à disposição para que, no decorrer da discussão da nossa audiência, possamos estar repassando mais informações. Coloco, enquanto técnica dessa política, que momentos como este são bem importantes para que aconteça o fortalecimento da política de assistência social no nosso Estado.

Vou iniciar a minha manifestação colocando sobre os recursos humanos. Nós sabemos, sim, que na nossa Secretaria precisamos de um corpo técnico. A senhora já colocou aqui todos os pontos, que são por mim muito conhecidos como técnica da Secretaria há muitos anos. Sabemos que para que possamos prestar o nosso papel com eficiência, no apoio técnico aos Municípios, precisamos de mais pessoas, precisamos aumentar o nosso corpo técnico, e isso sempre foi conversado com os Secretários, porque essa demanda já vem de um tempo, em todas as reuniões a gente vem reforçando isso.

Eu quero, em primeiro lugar, agradecer aos meus colegas da Diretoria de Assistência Social, mas não só aos da Dias, como aos colegas da DI, da DH e das demais áreas aqui da Secretaria. Quero parabenizá-los, porque embora seja uma equipe



muito reduzida, fazemos além do que podemos, muitas vezes, para dar um retorno aos Municípios. Então, parablenzo todos os meus colegas aqui da SDS.

Conversando com o Secretário Claudinei nós colocamos também essa demanda, como eu disse inicialmente, e ele autorizou que a SDS fizesse um processo seletivo. Está no RH essa demanda para que nessa oportunidade, nessa conjuntura, já que nós não podemos fazer concurso público, possamos minimamente aumentar o corpo técnico da Dias e de toda a Secretaria. O Secretário autorizou a realização desse processo seletivo. Obviamente que a gente vai ter que ver a legalidade – não é, Álvaro? – de toda essa questão, mas o processo já está em andamento.

Em relação aos recursos financeiros, sabemos também que em 2020 e 2021 teve um aumento significativo em relação aos repasses para os Municípios catarinenses, mas precisamos de mais. A gente não pode perder de vista também os avanços que nós tivemos, mas sabemos que o Secretário sempre leva e levará para o Governador do Estado a ampliação e o aumento. Inclusive nós aqui da Diretoria de Assistência Social estamos fazendo também o levantamento de custos em relação aos serviços que são executados pelos Municípios e, com certeza, a gente precisa de um cofinanciamento mais robusto para a nossa política. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

Em relação aos sistemas de informação, também é algo muito importante para que a gente possa aqui dar condução com mais efetividade ao nosso trabalho, especialmente nas questões de vigilância socioassistencial, em relação ao cofinanciamento, para que possamos receber as informações dos Municípios e otimizar. Hoje, com essa equipe tão reduzida, com certeza um sistema de informação auxiliaria nas nossas ações e, conseqüentemente, nesse apoio técnico aos Municípios.

O processo também já foi aberto pela nossa Gerência de Tecnologia e Informação, inclusive o Álvaro já participou de algumas reuniões que nós fizemos com outros Estados e com empresas que já têm *expertise* nesse sistema para a assistência social, para que possamos, o mais rápido possível, ter o nosso sistema estadual. Então esse processo está em tramitação.

Em relação à regionalização, que também é uma demanda que já vem de muitos anos, a equipe da SDS, da Dias, especialmente da Proteção Especial de Média e Alta Complexidade, encaminhou um questionário para os Municípios e aconteceu a tabulação dessas informações. Inclusive várias reuniões estão acontecendo em relação a essa questão para que a gente possa traçar o melhor modelo para o nosso Estado, respeitando a peculiaridades de cada região, de cada demanda, de cada Município, a fim de que possamos apresentar à gestão qual seria esse modelo para, conseqüentemente, verificar a disponibilidade financeira, porque também tem que entrar no nosso PPA, na LOA e outras questões legais que precisam estar de acordo, para que a gente possa realizar o processo de regionalização de acordo com todas as etapas que devem ser realizadas.

Em relação à vacinação, desde o primeiro momento conversamos com o Secretário Claudinei sobre a importância da vacinação dos nossos trabalhadores. Nós, sim, somos serviço essencial e ainda não tivemos a inclusão no plano de vacinação, mas encaminhamos ofício pela própria SDS, discutimos em CIB, discutimos com a própria Secretaria de Estado da Saúde em duas ou três oportunidades, inclusive nessas oportunidades o Coegemas e a Fecam também participaram e o entendimento, na verdade, o que tivemos como resposta dessa reunião, que não veio por escrito, é que essa inclusão deveria acontecer por meio da CIB da Saúde, tanto em âmbito estadual como, depois, teria que ir para Brasília. Então estamos ainda aguardando a posição dessa possível inclusão e, infelizmente, os nossos trabalhadores ainda não foram



contemplados. Mas o Secretário Claudinei colocou que na próxima reunião que vai acontecer teria essa inclusão dos trabalhadores.

Em relação à Conferência de Assistência Social, nós, aqui, enquanto gestão, sabemos da importância desse momento, momento em que a sociedade civil, o governo e os nossos usuários têm que conferir como está a execução dessa política no nosso Estado. Então, a importância da realização da Conferência nunca foi questionada, inclusive por parte da gestão, e agora nós estamos em discussão com o Conselho Estadual de Assistência Social, nós, porque eu também estou conselheira do Ceas, inclusive como presidente.

Portanto, que a gente realize a nossa Conferência – que vai acontecer dos dias 18 a 22 de outubro –, a estrutura tem que ser viabilizada por esta Casa, por esta Secretaria de Estado, e, respeitando, que se possa fazer, repito, o processo mais democrático possível. É um desafio, ainda não foi feito nenhum evento nesse porte no Estado, mas nós, enquanto Conselho Estadual, estamos fazendo essas tratativas e esses estudos para que a gestão possa receber, inclusive termo de referência, para operacionalizar a nossa Conferência de Assistência Social.

Deputada, esses são alguns pontos que nós trouxemos aqui. Desculpa, não sei se passei do tempo, era de três minutos a cinco minutos, mas pelo que eu pude pegar da sua fala e também vendo os ofícios que o gabinete tinha recebido, foram esses pontos que nós levantamos.

Continuo à disposição enquanto técnica defensora dessa política, e que possamos então ouvir os demais integrantes desta audiência que, com certeza, trarão informações e questões bem importantes que precisam ser debatidas e também precisam de avanços no nosso Estado.

Muito obrigada.

**O SR. ÁLVARO AUGUSTO PORTELLA TRENTO COLLE CASAGRANDE** – Peço permissão para apresentar a Larissa, que é a nossa diretora de Direitos Humanos, que também participará da reunião.

Obrigado, Deputada.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** – Boa tarde, Larissa, seja bem-vinda também.

Obrigada, Luciane.

Seguindo as falas, passo a palavra à senhora Solange Bueno, coordenadora-geral do Fórum Estadual dos Usuários do Suas de Santa Catarina (Feusuas).

**A SRA. SOLANGE BUENO** – Boa tarde a todas e a todos.

Primeiramente cumprimento todas as autoridades que são os usuários do Sistema Único de Assistência Social, assim como cumprimento a excelentíssima Deputada, todas as autoridades presentes, todos os fóruns, os trabalhadores, as entidades, todos da Secretaria que fazem parte dessa nossa audiência pública, que tem como tema a assistência social do Estado de Santa Catarina.

Estou hoje deficiente visual, sou mulher de baixa estatura, pele clara, rosto arredondado, uso óculos escuro, tenho cabelo escuro e tenho atrás de mim uma parede branca, uso um casaquinho de cor preta, uma camiseta escrito em laranja “Fórum Estadual dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social”. Só um momento. *(Pausa.)*

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** – Brincando, Solange, mas como você não fez a audiodescrição do teu companheiro aí, ele mordeu a sua perna.

**A SRA. SOLANGE BUENO** – *(Ri.)* Ele não poderia deixar de estar presente.



Bom, como representante dos usuários do Sistema Único de Assistência Social nesta audiência, para nós é um tema relevante. Historicamente os usuários foram tutelados, agora, recentemente, através da política de assistência social, estamos sendo acolhidos.

Assim como toda a sociedade brasileira e todos os trabalhadores, os nossos direitos foram violados. E nessa dimensão de perda de direito, é crucial dizer que aos poucos a sociedade tem nos reconhecido e tentado nos devolver aquilo que é necessário, e, para isso, é fundamental que exista recurso público, que o financiamento seja garantido e seja colocado dentro do Fundo de Assistência Social, porque é necessário para a execução da política pública.

É sabido que, historicamente, deficientes, idosos e famílias ficavam desprotegidas, mas hoje, através dessa política de assistência social, os seus direitos estão sendo reconhecidos. Só que não é ainda na sua totalidade, porque sem investimento público, sem a participação dos entes que fazem parte da execução pública, é impossível garantir esse direito.

Por isso que, de fato, precisamos que aconteça, que saia da gaveta, como a senhora disse, a questão do fundo a fundo, a questão da lei do fundo, para que a gente possa executar e ter aquilo que tanto necessitamos, que é o recurso necessário para a assistência social.

Hoje sabemos que o Estado de Santa Catarina tem feito os seus avanços, mas sabemos que ainda há muitas questões que atingem os usuários da assistência social, usuários que estão nos serviços e que ainda precisam ser atendidos. As questões em relação aos equipamentos, à falta de estrutura quanto ao que é ofertado nos Municípios, ainda deixa muito a desejar. E, agora, com a pandemia, ficou muito mais clara a questão da falta de acessibilidade, a questão do gel, a questão da Internet, e por isso nós colocamos isso como prioridade para a execução e para acontecer a nossa participação na Conferência de Assistência Social, também priorizando os usuários importantes como os indígenas, os quilombolas, as pessoas em situações de rua, inclusivamente aqueles que tanto precisam, que são os deficientes.

Pedimos que as barreiras sejam vencidas através da Lei da Acessibilidade.

Eu acho que passou o meu tempo.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** – Obrigada, Solange, você fez uma fala muito significativa, trazendo todos os elementos que de fato estão colocados. Muito obrigada, Solange, representou muito bem, mais uma vez, os usuários.

Com a palavra a senhora Vânia Maria Machado, coordenadora executiva e estadual do Fórum Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Suas de Santa Catarina (Fetsuas).

**A SRA. VÂNIA MARIA MACHADO** - Boa noite, Deputada, boa noite a todos, a todas e a todes. Meu nome é Vânia, sou psicóloga e sou uma mulher branca, estou usando óculos, um fone de ouvido grande, bem agasalhada no nosso frio aqui de Santa Catarina.

Primeiramente quero agradecer a oportunidade de estar aqui falando em nome do Fetsuas, que é o Fórum Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Suas, no qual estão presentes ali entidades de representação de trabalhadores de base estadual: CRESS, CRP, Crefito, Sinpsi, CUT e alguns fóruns que foram criados desde a fundação do FET, e a gente cita alguns: Palhoça, São José, Florianópolis, Lages, Blumenau, Itajaí, Balneário Camboriú, Rio do Sul e outros que a gente tem notícias de funcionamento.



Primeiro, quem são os trabalhadores do Suas? A Resolução CNAS nº 17 define aqueles que são de nível de ensino superior, que são assistentes sociais, psicólogo, advogado, pedagogo, administrador, contador, antropólogo, sociólogo, terapeuta ocupacional, economista, economista doméstico e musicoterapeuta. Quem são os trabalhadores do ensino médio? Outra Resolução CNAS de nº 9, de 2014, define: cuidador social, orientador ou educador social, motorista, funções de gestão financeira e orçamento, funções de gestão de informação, monitoramento, avaliação, vigilância e benefícios, funções de cadastramento e gestão de programas de transferência de renda e CadÚnico, funções de limpeza e de segurança e vigia. É importante nomear quem são os trabalhadores.

Como estão os nossos trabalhadores e as nossas trabalhadoras do Suas? Estamos vivendo um difícil contexto de intensificação de retirada de direitos e conquistas com priorização da implantação de políticas de cunho ultraliberal, o desmonte do Estado, a disputa de recursos públicos e processos de privatização. As reformas trabalhista e previdenciária e a Emenda Constitucional nº 95 trouxeram impactos para o dia a dia dos trabalhadores, e a pandemia intensificou ainda mais. [*Transcrição e revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

Além de uma completa sensação de desrespeito e falta de valorização à vida humana em detrimento dos interesses do capital – como temos visto no dia a dia a nossa grande mídia nos informando da direção que o atual governo brasileiro tem tomado em relação ao enfrentamento da emergência de saúde pública que nós vivemos –, [temos] a ausência gritante de ações mais efetivas, além da irresponsabilidade e o descumprimento do Executivo nacional quando o País ultrapassa mais de quinhentas mil mortes e o Estado mais de dezessete mil mortes pela Covid.

Apesar da essencialidade da política e de seus trabalhadores, estes não foram tratados com o devido cuidado, pois não foram incluídos no Plano Nacional de Vacinação. Por que será? Será que foi somente uma omissão? Teve uma intencionalidade aí? Afinal, a assistência social é a política que opera e deve garantir direitos. Não é possível que com toda uma mobilização nacional de vários atores envolvidos, tanto nacionalmente quanto aqui no Estado, até o momento ainda não tenhamos esse direito garantido para os trabalhadores do Suas no sentido de serem incluídos no Plano de Vacinação.

O Fetsuas emitiu em junho do ano passado, logo no início da pandemia, uma nota pública fazendo várias recomendações, as quais eu não vou citar aqui porque senão vai passar meu tempo, que foi tornada pública. Entre julho e agosto o FET fez uma pesquisa, preocupado com a condição dos trabalhadores, para identificar como estavam e nós tivemos um retorno de 362 trabalhadores respondendo à pesquisa. Essa pesquisa foi qualificada pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal e foi divulgada em dois momentos, em dezembro de 2020 na plenária do FET, do Fórum Estadual, e agora, em abril deste ano, quando foi lançado o relatório final dessa pesquisa.

Então, não é à toa que nós encontramos dificuldades na mobilização e participação dos trabalhadores nos Fóruns e nos Conselhos de Assistência Social. E este ano que temos a Conferência de Assistência Social temos que aproveitar esse momento único para conferir, nos Municípios e no Estado de Santa Catarina, a nossa presença de trabalhadores nos CRAS, nos Creas, no Centro Pop, nos Abrigos, nas Casas de Passagem, nos Centros-Dia, pois sabemos que os números diminuíram, que as equipes de referência previstas na NOBRH Suas já não existem mais.



Conferir nossa participação nos Conselhos, pois sabemos que estamos sub-representados, temos que estar com paridade e proporcionalidade na representação da sociedade civil, entre trabalhadores, usuários e entidades, em números iguais.

Conferir a educação permanente do Suas, pois temos uma política nacional e estadual de educação permanente que precisa sair do papel.

Foi implantado o Nunep, que é o Núcleo Nacional de Educação Permanente, que vem se reunindo trimestralmente e deve divulgar as suas ações na Rede Suas, no *site* do Ministério da Cidadania.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** — Concluindo, Vânia.

**A SRA. VÂNIA MARIA MACHADO** — O Estado também tem o Nuep/SC, que está aí lidando há mais de dois anos com a execução do CapacitaSuas – mais de dois anos porque muda de gestão, exonera equipe.

O fato dos trabalhadores não estarem citados no tema geral nem nos cinco eixos não implica a nossa menor responsabilidade e comprometimento na participação no processo conferencial. Precisamos, então, participar nos Municípios nos Conselhos Municipais e fóruns de trabalhadores, nos eventos de mobilização da conferência, implicando gestores, trazendo para o debate, para que eles possam trazer essas informações, assim como nós estamos fazendo hoje aqui na audiência pública.

Faço um apelo, para finalizar a minha manifestação, aos trabalhadores e às trabalhadoras a participarem do processo conferencial de 2021, desde os eventos preparatórios de mobilização até as conferências municipais entre julho e agosto, e a nossa estadual, como a nossa diretora já falou, de 18 a 22 de outubro de 2021.

Vamos todas, todos e todes proteger e defender o Suas.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** — Obrigada, Vânia.

Passo a palavra para a senhora Raquel Frosi, trabalhadora do Suas e representante do Fórum Estadual Permanente de Assistência Social (Fepas).

**A SRA. RAQUEL FROSI** — Boa noite.

Vou fazer uma breve audiodescrição. Eu sou uma mulher branca, de estatura alta, cabelo castanho, olhos castanhos, estou com uma blusa cinza com preto e ao fundo um quadro branco do meu local de trabalho, que é o Creas Continente, aqui em Florianópolis.

Quero agradecer a oportunidade de fazer esta fala em nome do nosso coletivo e do Fepas. Gostaria de cumprimentar a Deputada Luciane e sua equipe, incansáveis nessa luta do Suas, e também os demais integrantes da mesa, o senhor Nestor e, na pessoa dele, os demais usuários, trabalhadores e conselheiros do Ceas que estão nos acompanhando.

A minha fala em nome do Fepas, que é uma organização da sociedade civil que se coloca na retaguarda do Ceas, é para chamar a atenção para a situação de trabalho na Diretoria de Assistência Social necessária para que o Suas em Santa Catarina avance, e [também] lembrar a urgência de duas soluções: o concurso público e a incorporação de um sistema de informação e pagamento. A Luciane já fez algumas colocações de soluções nesse sentido, mas acho que não é em vão dar destaque à importância disso, até porque (*falha na transmissão*) tem um movimento de acompanhamento e de monitoramento. Então, não há como avançar nesse processo da gestão estadual de assistência com uma equipe de gestão estadual que não possui nem 20 servidores para atender a 295 Municípios, quanto a todo o Suas.



E aí dou a vocês o exemplo da situação da Gerência de alta complexidade, que trata toda a rede de acolhimento do Estado com toda essa questão da regionalização para acompanhar, e vocês podem imaginar quantas vidas e que intensa relação existe com a Justiça nesse trabalho. Minha equipe é composta hoje por um servidor cedido de um Município, e aí destaco, sim, cedido de um Município ao Estado, e por duas estagiárias – não há nem um setor, nem uma gerência na Diretoria de Assistência Social que esteja muito melhor do que isso.

O último concurso da SDS foi finalizado em 2010, depois disso foram muitas saídas sem reposição e o atual funcionamento da Dias está, de fato, ficando comprometida, eu estava no Ceas até então e no dia a dia percebemos isso. A falta de ação estadual sobrecarrega, mais uma vez, os Municípios, que em sua estrutura organizada associativa têm prestado assessoria técnica em âmbito estadual, mas isso não é suficiente, pois existem problemas que são de responsabilidade compartilhada do Estado, inclusive na execução do Suas, como, por exemplo, na alta complexidade, nas emergências e desastres tão importantes nesse cenário de pandemia, e ainda no monitoramento que está previsto para o ente estadual. E aqui chamo a atenção do Ministério Público e do TCE, porque esse monitoramento tem responsabilidades estaduais, se formos pegar o Pacto de Aprimoramento, nesses eixos estão ações que não foram cumpridas.

A falta de pessoal também é refletida na estrutura enxuta do Ceas, que não consegue fazer todo o seu trabalho por falta de suporte. Há falta de cumprimento de exigências mínimas ao controle social, a SDS não faz relatório de gestão desde 2015 e a prestação de contas não é apresentada ao Ceas desde 2018. Fica impossível acompanhar o andamento da política dessa forma. Além disso, aumentam as demandas judiciais na alta complexidade, deixada de lado para o Estado, que vai se justificando como crescente porque ela é uma responsabilidade compartilhada desse ente federativo.

A deliberação pela realização de novo concurso público para a Diretoria de Assistência Social já estava presente lá, na deliberação da Conferência de 2017 e depois na de 2019. Na mesma Conferência, em 2017, estava em encaminhamento textual, criar um sistema de informação estadual no Suas permitindo dados para a vigilância socioassistencial e fluxo ágil e transparente para a aplicação dos recursos e do controle social na política de assistência social. E estamos aqui, em outra audiência, em outro ano de Conferência, para falar a mesma coisa num cenário de pandemia. Não dá, né? Então chega, precisamos de soluções urgentes para esse problema.

O sistema de informação é outra necessidade urgente para que se concretize o repasse fundo a fundo, pelo menos é isso que tem surgido nesses questionamentos que nós temos feito. Não há como se fazer o repasse fundo a fundo programado sem um sistema. E nós não precisamos comentar que o sistema de informação é necessário à gestão e nos (*falha na transmissão*) um dos Estados mais ricos do País não precisa fazer gestão de política pública com métodos ultrapassados. Ele também é necessário para a vigilância socioassistencial e para o controle dos resultados alcançados. Engano seria pensar que não se tem recursos para se providenciar um sistema de informação; há recursos para a gestão estadual da assistência parados em conta e há recursos para gestão (*falha na transmissão*) orçamentária. Então temos a falta de equipes para desenvolver o trabalho em âmbito estadual e também o compromisso com essas soluções que solicitamos desse novo gestor, o Secretário, que chegou prestando atenção no que está sendo dito, e solicitamos melhoras e que ele siga escutando e dando atenção a essas soluções e que concretize respostas, de fato, permanentes.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** —  
Concluindo, Raquel.



**A SRA. RAQUEL FROSI** — Boas soluções, mas provisórias, não garantem os avanços que nós precisamos, uma política pública vai depender de soluções permanentes.

E, por fim, só ponderar que é muito importante o que a Luciane trouxe da questão do processo seletivo, mas precisamos pelo menos de um cronograma, de um compromisso em relação ao concurso público para que possamos efetivá-lo assim que houver o fim das restrições feitas pela pandemia, porque existe um tempo de planejamento aí, então, que o processo seletivo é uma solução provisória dada a urgência e a gravidade da situação a que se chegou.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** — Obrigada, Raquel.

Passo a palavra ao senhor Nestor Centeno, usuário do Suas e conselheiro do Conselho Estadual de Assistência Social (Ceas/SC).

**O SR. NESTOR CENTENO** — Boa noite a todos e todas.

Eu sou o Nestor, tenho 1,80 metro de altura, estou vestindo uma camiseta preta com estampa do Fórum Estadual dos Usuários, sou obeso, uso óculos, sou careca e tenho cavanhaque. Estou aqui não sei por que motivo, mas me pediram para representar o Ceas, como usuário, só que a primeira coisa que eu vou deixar bem claro é que se alguma palavra que sair da minha boca deixar incomodado alguém, sou eu que falo, o Nestor, pelo que eu penso, pelo que está acontecendo em si nesse momento na área de assistência social.

Sou novo na área como conselheiro no Estado e participando de duas plenárias já notei que o primeiro grande problema que tem na assistência social se chama Secretaria, sendo que essa Secretaria representa a assistência social, habitação... são três Secretarias em uma só, agora esqueci a última. E quando faço uma pergunta para uma diretora de quantas pessoas precisaria para a diretoria funcionar, a resposta começa primeiro dando como exemplo outro Estado. Quer dizer, tem outro Estado que está funcionando dessa maneira, ia falar que tem Estado que cada diretoria funciona com dez pessoas. Aí eu entendo que dentro da Secretaria precisa pelo menos setenta funcionários para a Secretaria funcionar. Então aí começa o meu pensamento, ter uma Secretaria é como decidir comprar um carro zero-quilômetro, supermoderno, mas comprar sem o motor. Ou seja, como vou fazer funcionar esse carro se não tenho o motor? E é o que está acontecendo na Secretaria. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi*]

Eu acho que o concurso público teria que ser uma prioridade para fazer isso funcionar. Não adianta eu sair para a luta e dizer que eu preciso de um auxílio para uma pessoa mais carente ou preciso de benefícios eventuais, se a Secretaria não funciona. É uma coisa que eu sempre faço. Eu vejo que aqui temos o pessoal do Ministério Público, da Defensoria, temos os Deputados aqui. Eu pergunto: vocês, que são representantes, conseguiriam trabalhar sem ter os seus funcionários ao lado vocês? Sem um secretário ou um assessor? Eu tenho certeza, essa pergunta vai para os Deputados que nós temos, vocês são duzentos e poucos Deputados, e se eu for a cada gabinete o mínimo que tem dentro, trabalhando para assessorar ele, são seis ou sete pessoas.

Como que uma diretoria dentro da assistência social pode trabalhar só com uma diretora que não tem assessores ou outros funcionários que precisa? Eu acho que a primeira coisa que nós temos que lutar é isso aí, fazer funcionar o sistema, porque o sistema não funciona com uma pessoa só. E não adianta me dizer: ah, não tem dinheiro, não tem recurso. A gente vai ter que brigar feio para fazer funcionar o sistema, porque assim como está a assistência social, não dá.



Temos esse mesmo problema dentro da habitação, que está no mesmo lugar. Se eu pergunto quem são os conselheiros de habitação, não existe conselho de habitação estadual. Então qual é a dignidade que nós podemos dar para o usuário? Ah, não, vamos dar R\$ 300, mas não damos uma habitação, não damos a reforma de um barraco, porque não tem ninguém que represente esta área.

Na saúde estamos na mesma situação. Se tudo o que está acontecendo hoje em dia com essa pandemia, falta de assistência na saúde, na habitação e na área da assistência social, é porque o sistema vem funcionando errado não agora, mas porque já faz trinta anos que está funcionando errado. Isso aí acontece porque nesses últimos trinta anos nunca deram conhecimento para o usuário, o usuário simplesmente se conforma com pouca coisa.

Eu acho que o fundamental é fazer funcionar o sistema, e eu gostaria que nesta próxima Conferência se brigasse muito pelo concurso público para poder fazer funcionar a assistência social. É com isso que eu mais fico indignado, de ver essas coisas cada vez que vou aprendendo.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** – Muito obrigada. Por isso que você está aqui, pois você começou a sua fala perguntando por que você estava aqui. E está bem justificado na tua manifestação, a importância de ouvir os usuários. Muito obrigada.

Eu quero passar a palavra agora para a senhora Maria Cláudia Goulart, presidente do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social de Santa Catarina (Coegemas).

**A SRA. MARIA CLÁUDIA GOULART** – Boa tarde a todas e a todos. Quero agradecer, em nome do Coegemas, pelo convite para participar da audiência pública, e quero cumprimentar a Deputada Luciane e todos os demais Deputados integrantes da Frente Parlamentar em Defesa do Suas de Santa Catarina; cumprimentar a Solange Bueno, grande parceira de muitos anos de luta, e ao cumprimentá-la eu cumprimento o senhor Nestor e todos os usuários que nos assistem; cumprimentar a Vânia e todos os trabalhadores do Suas, em nome do Fetsuas, a Vânia que também é psicóloga como eu e participa de muitos espaços de luta e de discussão do Suas; cumprimentar a Raquel, e em seu nome cumprimentar todos os conselheiros da assistência social, tanto municipais quanto nacionais e internacionais.

Em nome do Coegemas gostaria de cumprimentar a Janice, da Federação Catarinense de Municípios, que tem apoiado muito os gestores e os Municípios em razão da dificuldade da SDS em dar conta de todo o monitoramento, de todo o acompanhamento necessário, o que já foi destacado aqui pelas palavras dos que me antecederam sobre a importância da recomposição da Secretaria para que possa fazer o apoio técnico e o monitoramento aos Municípios. Em nome do Colegiado Estadual de Gestores Municipais eu gostaria de utilizar a fala, em nome da diretoria, para destacar e fazer um registro da atual situação dos espaços de pactuação da política de assistência social do nosso Estado.

A CIB, que é a Comissão Intergestora Bipartite, previsto no artigo 136 da NOB/Suas, que foi aprovada lá em 2012, de acordo com a resolução do CNAS, é um espaço de articulação e de interlocução dos gestores municipais e estaduais da política de assistência e ela se caracteriza como uma instância de negociação e pactuação dos aspectos operacionais do Suas. É um requisito para a constituição e para a representatividade do Estado em todos os Municípios, levando em conta o porte dos Municípios e a distribuição regional. E a realidade é que em todas as reuniões da CIB as pautas vêm sendo transferidas de uma reunião para outra, as plenárias têm sido uma repetição de pautas desde o seu início. É pouco produtiva no sentido de deliberar e de



discutir. Eu respeito o espaço construído via regimento interno e a própria resolução do Estado que definem o fluxograma que deve conter a CIB, mas tem sido mais um momento de informe e de repasse de informações.

Em nome dos gestores municipais de assistência social, venho destacar e solicitar que seja um espaço respeitado pelos representantes da Secretaria de Estado de Assistência Social e que todos os informes, toda a pactuação seja realizada na CIB. Recentemente nós tivemos a publicação de notas técnicas de documentos sem que fossem trazidos à pauta e discutidos na própria CIB e com a Câmara Técnica.

A questão da vacinação também passa como pauta aqui por diversas falas que nos antecederam, o que destaca não só uma dificuldade do reconhecimento da prioridade da política de assistência social no Estado de Santa Catarina, mas uma completa falha de comunicação, pois numa reunião da Frente Parlamentar de Assistência Social foram informados sobre uma nota técnica da inclusão dos trabalhadores e em reunião da CIB também saiu essa informação, acompanhada pelo Coegemas, pelo Comitê Suas Santa Catarina, e tal nota não foi publicada até o momento.

Na última reunião da CIB, devido ao avanço do CIB Saúde, devido ao avanço do atendimento dos públicos por idade, novamente os trabalhadores do Suas não foram contemplados. Enquanto gestora municipal de assistência social, mas também como trabalhadora da política de assistência há mais de quinze anos, destaco que a ausência da representação dos trabalhadores do Suas como categoria a ser vacinada, atores de uma política pública considerada essencial desde o início da pandemia, revela o descaso, tanto em âmbito nacional quanto o impacto no nosso Estado, já que outros Estado contemplaram esses profissionais, em relação à relevância e à importância dos trabalhadores do Suas.

Isso se destaca também na questão do cofinanciamento estadual. Na última reunião desta Casa, da Assembleia Legislativa, poderia destacar que o cofinanciamento que o Estado repassa, por exemplo, à Capital do Estado para toda a política de assistência social, porque o Município acaba optando fazer com benefícios eventuais, sendo o montante de R\$ 1,275 milhão para toda a política de assistência social, sendo que apenas em um equipamento da assistência social, que é a Passarela da Cidadania, é utilizado o recurso próprio da Fonte 80 num montante de quase R\$ 4 milhões. Só no ano passado foram R\$ 60 milhões investidos pelo Município na política de assistência social.

Estão, é importante destacar aqui a luta pelo cofinanciamento e de se garantir o 1% do Orçamento estadual para investimento na política de assistência. Para além do chamamento de concurso público e tantas outras pautas aqui destacadas, sem o orçamento necessário não é possível contemplar e fazer avançar a política pública que a gente tanto discute e defende.

Em nome de todos os gestores municipais de assistência social, gostaria de destacar que ainda há dúvidas em relação ao Programa de Transferência de Renda Estadual, o SC Mais Renda, em que a operacionalização também não teve espaço na CIB para discutir e pactuar a deliberação. Na última reunião ficamos um período inteiro sem grandes avanços, mas a definição tem sido feita de forma unilateral pela Secretaria de Estado da Assistência Social, precisando destacar aqui que os Municípios aguardam por uma deliberação na CIB e de um espaço de pactuação, garantindo o espaço para a Câmara Técnica poder apoiar, se manifestar e fazer com que quem executa a política de assistência social consiga, de fato, fazer um bom trabalho.



Uma ótima tarde a todos e parabéns, Deputada, pela proposição da audiência. Em nome do Coegemas, quero parabenizar todos e agradecer pelo convite e pelo tempo de fala.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** – Obrigada, Maria Cláudia, representando aqui o Coegemas.

Eu passo a palavra para a Janice Merigo, assessora em Políticas Públicas da Fecam, Federação Catarinense de Municípios. Bem-vinda, Janice.

**A SRA. JANICE MERIGO** – Boa tarde, Deputada, boa tarde a todos os participantes desta audiência.

Eu vou fazer a minha audiodescrição: sou uma mulher branca, de cabelos castanhos escuros e olhos verdes. Estou com um casaco preto, uma blusa branca e aqui atrás de mim tem um painel onde está escrito: Fortalecer os Municípios para Fortalecer os Catarinenses.

Então, diante dessa identidade, eu represento aqui a Fecam, a Federação Catarinense de Municípios, o nosso Prefeito Clenilton, de Araquari, e também a nossa diretora Sisi Blind. Inicialmente gostaria de manifestar a inconformidade de nós não termos aqui nesta audiência pública a presença do Secretário de Estado ou do Secretário Adjunto, e me parece que neste momento nem do representante da área da Procuradoria Jurídica, que não está mais conosco na sala.

Então, para mim fica bastante incômodo falar sobre política de assistência social no Estado de Santa Catarina sem a presença de quem representa a gestão estadual, por mais que nós tenhamos a nossa colega trabalhadora do Suas, concursada e efetiva, a Luciane, que hoje além de responder pela gestão da política de assistência também responde pelo controle social do Estado. No entanto, a presença de quem é o responsável pela gestão no lugar do Secretário ou do Secretário Adjunto precisaria estar aqui conosco também para poder ouvir as manifestações, seria fundamental. Então, é um final de dia, um horário bastante estratégico, e acredito que teriam como estar aqui conosco.

Quero cumprimentar e agradecer pela presença da doutora Lia, do Ministério Público, aqui conosco. Penso que é um outro momento termos o Ministério Público acompanhando e participando ativamente aqui conosco; e também da Vanessa, do Marcos e do Alcione, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Então, a gente acaba trazendo outros atores, que neste momento são extremamente importantes para o debate também. [*Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Continuando algumas questões que já foram pontuadas aqui na fala da Maria Cláudia, quero dizer que, sim, nós tivemos avanços em relação ao cofinanciamento aos Municípios, no entanto havia um déficit histórico há mais de dez anos aqui no Estado de Santa Catarina, o que significa que mesmo com todo o aumento de mais de 200% ,ainda é um valor simbólico para a efetivação da política pública de assistência social enquanto uma política de direito que, com certeza, não consegue avançar na perspectiva de garantir a proteção social às famílias no Estado de Santa Catarina.

Para poder ilustrar um pouco isso, eu fiz um cálculo muito caseiro, vamos dizer assim, que não é de contador, de economista, mas se nós formos colocar na ponta do lápis – a Maria Cláudia já trouxe aqui –, 90% dos nossos Municípios receberam no ano de 2021 um valor de R\$ 127 mil. Eu dividi esse R\$ 127 mil em quatro níveis de proteção: básica, que é o CRAS, que são os serviços de acompanhamento às famílias; média complexidade, que é a violação de direitos; alta complexidade, que é um custo elevadíssimo de acolhimento de crianças, adolescentes e idosos; e benefícios eventuais, totalizando um valor de R\$ 31.887,00 por proteção. Ainda dividi esse valor por doze



meses, porque o cofinanciamento tem que ser de janeiro a dezembro. Então, em todos os meses deveria ter o recurso federal e estadual entrando na conta dos fundos municipais para que a gestão municipal, o gestor da política de assistência, conseguisse fazer o planejamento e a gestão dessa política pública. Esse valor dá em torno de R\$ 2.657,00 mil por mês, por nível de proteção.

Então vocês imaginem: um equipamento que custa no mínimo R\$ 30 mil/mês, de R\$ 30 mil a R\$ 35mil, o custo de um CRAS, e o Estado colocar um valor de R\$ 2 mil/mês. Hoje, os Municípios continuam custeando de 60% a 80% dos custos dos serviços dos equipamentos e, aí, vem à tona aquilo que os próprios trabalhadores do Suas trazem a todo momento - eu também sou trabalhadora do Suas há vinte anos na política de assistência social -, que é a questão dos impactos que são trazidos pela representação de uma política de assistência social que reflete uma precarização das políticas sociais neste país, neste Estado neoliberal que não prioriza a política pública e que, com certeza, tem outras prioridades como estradas, asfaltos, outros equipamentos que não sejam atender as pessoas que vivem aqui no Estado de Santa Catarina.

E a grande questão que fica é que os profissionais precisam estar perto da população e suficientes para poderem atender essas demandas da população e das famílias mais vulneráveis no Estado de Santa Catarina. Precisamos ter serviços continuados com equipes técnicas, com estrutura física, com cofinanciamento compatíveis para manter a oferta de um serviço, com equipamentos sociais o suficiente e serviços regionais que a gente não conseguiu ainda avançar, e quem têm custeado a média e a alta complexidade, isso são os Municípios e não o Estado através de serviços regionais e um controle social fortalecido. Isso não é possível quando nós não temos uma estrutura, uma gestão estadual que não prioriza essa política pública como uma política pública de Estado - não de governo, não de pessoas, não de partidos ou de grupos políticos aqui no Estado de Santa Catarina, que é o que a gente tem visto nesses últimos anos também. Para isso, precisamos de apoio técnico aos Municípios, para que eles possam de fato ter clareza do que são os serviços e como ofertá-los com qualidade.

Capacitação. Já foi dito aqui que há dois anos, três anos a gente aguarda um desenrolar de uma gestão estadual para que o CapacitaSuas aconteça. Sobre o monitoramento do Estado e o financiamento, eu já coloquei a situação aqui.

Então quero deixar bem claro que hoje o Suas em Santa Catarina tem sido construído com todas as dificuldades que a gente sabe, que a gente conhece. Eu, enquanto trabalhadora do Suas e trabalhando diretamente com a gestão, sei o quanto nós temos ainda de precarização das condições de trabalho, dos equipamentos, das gestões municipais, do controle social no âmbito municipal, mas que tudo isso é reflexo de uma gestão estadual. Portanto, precisamos ter muita clareza disso, principalmente de financiamento de política pública, que não é prioridade estatal.

Finalizando aqui a minha fala, quero dizer que nós temos algumas demandas novas, eu diria demandas que já estão colocadas há mais de dez anos na política de assistência social em Santa Catarina, nas quais a gente não observa grandes avanços, como recursos humanos, capacitação, financiamento, regionalização, além de demandas que precisam avançar em relação à população imigrante, à população indígena, à população em situação de rua e outras demandas que chegam à porta dos Municípios que, muitas vezes, estão sem condições básicas de apoio técnico, de financiamento, de estrutura para atendê-las.

Aí temos a questão do Fundo Regular e Automático, a operacionalização do CapacitaSuas... se nós formos avaliar, nós tivemos um período com entregas de muitos carros, do Pacto por Santa Catarina, para poder atender melhor a população e também a construção de equipamentos. Mas deixo a grande pergunta: o que nós temos de novo?



Porque me parece que os carros, as construções são ainda a continuidade de ações de gestões anteriores e não algo novo que a gente possa dizer que houve avanços nesse sentido. Então, queria deixar aqui registrada essa inquietação ainda por parte dos Municípios.

E aí eu finalizo, Luciane, deixando muito claro que o direito à assistência social é conquista da população brasileira, resultado de ampla participação, de muita luta social que continua até os dias de hoje por todos os usuários, trabalhadores, militantes envolvidos na luta pela democracia e pelos direitos. Então, que a gente consiga continuar lutando para que tenhamos a perspectiva de uma política de assistência social mais efetiva no Estado de Santa Catarina.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** – Obrigada, Janice.

Passo a palavra à senhora Promotora de Justiça Lia Nara Dalmutt, coordenadora adjunta do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor (CDH) do Ministério Público de Santa Catarina.

**A SRA. PROMOTORA LIA NARA DALMUTT** – Boa noite a todos.

Meu nome é Lia Nara Dalmutt, sou Promotora de Justiça e estou como coordenadora adjunta do Cento de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e Terceiro Setor do Ministério Público de Santa Catarina. Sou mulher, pele branca, cabelos claros, uso óculos com armação escura, visto um casaco xadrez, em tons de marrom e vermelho. Estou sentada e atrás de mim tem uma parede clara.

Cumprimento a Deputada Luciane Carminatti que preside esta audiência pública, agradeço o convite para o Ministério Público participar do evento, estendo o cumprimento a todas as autoridades e a todos os colegas de fala de hoje e cumprimento também todas as pessoas que nos acompanham pelo YouTube.

Muitos pontos importantes já foram destacados e pontuados de forma seletiva, mas eu gostaria de ressaltar um pouquinho a importância da garantia da transferência da esfera federal continuada e dos recursos estaduais com planejamento de investimento; e da responsabilidade do Estado perante os serviços regionalizados de média e alta complexidade, como Creas, acolhimentos. Eu tenho conhecimento de que já há um estudo no Estado para a implantação, mas é um serviço de extrema importância para os cidadãos e urge a necessidade de sua efetivação, a necessidade de levantamento de dados, indicadores estaduais dos equipamentos e desses serviços socioassistenciais por meios de diagnósticos públicos ou painéis de dados, a fim de cumprir a função da realização de vigilância socioassistencial estadual.

Quero ressaltar também, como bem pontuou a Janice, que ainda que com muitas dificuldades, o Suas em Santa Catarina vem avançando, mas ainda tem muito pela frente. Por isso não se pode baixar a vigilância da política em si e, por isso, eventos como o de hoje são de extrema importância para o debate.

A Constituição estabeleceu a primazia do Estado na execução da política de assistência social, e essa organização enquanto política pública pressupõe o planejamento e o diagnóstico dos dados: recursos, orçamentos, execução, monitoramento e avaliação. Por sua vez, a Lei 8.742, a Loas, estabeleceu em seu artigo 31 que o Ministério Público tem o dever de zelar pelo cumprimento das normas definidas para o adequado funcionamento do Suas.

A introdução desse dispositivo na Loas evidencia que a assistência social necessita da participação ativa e constante do Ministério Público na supervisão e consolidação do Suas. E além do acompanhamento diário feito pelas Promotorias de Justiça em cada Município, informo que o Ministério Público de Santa Catarina tem



trabalhado na questão do fortalecimento em um programa chamado Juntos pelo Suas, que foi iniciado ainda no ano passado, através do qual é realizado o diagnóstico da polícia de assistência social de cada Município, levando aos Promotores as informações para qualificar a fiscalização e contribuir para o fortalecimento do Suas em cada Município.

Sabemos que os desafios são grandes e necessitam de um esforço conjunto para alcançarmos uma situação possível, ainda que não a ideal, de bem atender os usuários da assistência social de forma digna e adequada.

Por fim, gostaria de deixar clara a mensagem que diante da natureza da nossa atuação, o Ministério Público é parceiro e interessado no fortalecimento do Suas enquanto política pública.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** – Muito obrigada, doutora Lia, pela sua manifestação e pelo seu compromisso.

Passo a palavra à senhora Vanessa dos Santos, auditora fiscal de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

**A SRA. VANESSA DOS SANTOS** – Boa noite a todos. Obrigada, Deputada.

Primeiramente vou fazer a minha descrição: eu sou mulher, pele clara, cabelo loiro, estou usando um casaco preto, uma blusa preta por baixo do casaco, estou sentada e ao meu fundo uma parede acinzentada.

Quero cumprimentar todos em nome da Deputada Luciane, que preside os trabalhos; os que nos acompanham pelo YouTube; os usuários, em nome do Nestor e da Solange; os conselheiros, em nome da Raquel; a Janice, representante da Fecam; a Vânia; a doutora Lia; a doutora Ana Paula; e os meus colegas do TCE que também estão presentes.

Quero começar a minha fala colocando que este é um momento importante de planejamento da política de assistência social, em especial pelas dores da pandemia que demandou tanto os profissionais da assistência social, assim como os da saúde. E isso acabou por mostrar o quão carente de profissionais e de ações coordenadas tem sido essa política em nosso Estado, como já pontuado pelas falas anteriores.

Gostaria, então, de fazer algumas reflexões acerca da gestão e do controle, que é a atuação do Tribunal de Contas do Estado.

A primeira questão que eu coloco como reflexão é quanto aos recursos disponíveis para a ação da assistência social. Eu não abri a caixa-preta do Orçamento do Estado para esta audiência, mas me parece, pelas falas anteriores e pelo que eu acompanhei esta semana na discussão da política, que não é apenas a ausência dos recursos que trazem os problemas para a gestão, mas, sim, como esses recursos estão sendo geridos. Como a Raquel pontuou, existem valores significativos parados nas contas da Secretaria que não estão sendo destinados às demandas sociais. Então me parece que não é somente uma questão de ausência de recurso, não é somente uma questão orçamentária, mas, principalmente, de gestão e de como esses recursos estão sendo alocados para essas demandas sociais tão importantes.

Pois bem, a partir dessa reflexão que proponho acerca da gestão, tanto de estrutura, quanto dos recursos, é preciso identificar quais são os deveres do Estado e quais são os deveres da participação social por meio dos conselhos, dos usuários, dos trabalhadores no planejamento, na execução e no acompanhamento dessa política. Recorremos primeiramente ao artigo 204 da Constituição Federal, que estabelece que cabe aos Estados e aos Municípios a coordenação e a execução dos respectivos programas.



Eu tenho acompanhado há algum tempo a dinâmica da assistência social em Santa Catarina e parece-me que a responsabilidade pela execução de todas as ações passou para os Municípios e o Estado tem somente cofinanciado essas ações; quem acaba executando toda a política de assistência social são os Municípios, sobrecarregando a atuação desses Municípios – talvez depois a Janice possa tratar um pouco a respeito disso. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

E mais, a NOB/Suas, no artigo 15, traz 21 incisos que tratam especificamente das responsabilidades do Estado na atuação da assistência social. Então é preciso olhar para esses incisos, que são deveres do Estado e que me parece também estão um pouco esquecidos pela gestão. Por outro lado, os deveres dos Conselhos também estão delineados pela NOB/Suas, em especial o artigo 121, que traz: “deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS em seu âmbito de competência; acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS”. Ou seja, não é tarefa fácil para os Conselhos acompanhar tudo isso com uma gestão que, parece-me, não tem nem o sistema de informação.

Então a questão é: como garantir que a atuação dos Conselhos e do controle social seja efetiva se a SDR não elabora o relatório de gestão desde 2015, como a Raquel pontuou – como o Conselho vai acompanhar a gestão se o relatório é de 2015 e nós estamos em 2021; se não houve prestação de contas ao Conselho Estadual desde 2018 – e nós já estamos em 2021 e não teve prestação de contas em 2019 e em 2020; se não há um sistema de informação institucionalizado com acesso aos Conselhos no que for pertinente e acompanhamento dos repasses fundo a fundo. Isso prejudica tanto a atuação dos Conselhos de Estado quanto dos Conselhos dos Municípios.

E, ainda, como vamos acompanhar a execução dessa política se o Estado não monitora e não dá a transparência aos indicadores sociais? E digo isso porque eu procurei esses indicadores sociais e não encontrei. No Portal da Transparência do Estado, na aba Gestão Estadual, aparecem saúde, educação, segurança e agricultura. Então eu pergunto: onde estão as informações da política de assistência social do Estado de Santa Catarina? É uma questão que eu levanto não como auditora do Tribunal de Contas, mas também como uma cidadã que gostaria de entender a política e saber quais são os indicadores dessa política pública de assistência social. Por que essas informações não estão disponíveis para a população?

E mais, na página da Secretaria do Desenvolvimento Social essas informações também não estão disponíveis, não tem acompanhamento da política. O único diagnóstico que eu consegui encontrar foi um diagnóstico de 2017 que trata tão somente do trabalho infantil do Estado.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** – Concluindo, doutora Vanessa.

**A SRA. VANESSA DOS SANTOS** – Onde é que estão as demais informações dos programas que são desenvolvidos pela assistência social do Estado? Também não tem essas informações. Portanto, como vamos deliberar sobre uma política com participação social, com encaminhamentos, se sequer há transparência da gestão para a participação social e dos Conselhos?

Voltando à NOB/Suas, ela trata das responsabilidades dos entes federativos com o controle social, e uma das obrigações dos gestores da assistência social é subsidiar os Conselhos com informações para o cumprimento de suas atribuições e para a deliberação sobre o cofinanciamento dos serviços, programas, projetos e benefícios. Então essas informações não estão disponíveis, logo, é difícil que o controle social seja



atuante. Não se trata tão somente de questões orçamentárias, mas de diretrizes para o fortalecimento da política na busca da garantia dos usuários do Suas.

Então eu trago essas reflexões, para finalizar a minha manifestação, acerca do controle social, em especial, da necessidade de ter esse olhar mais voltado para o controle e o monitoramento da política, tanto dos gestores quanto dos Conselhos – e aqui eu também me coloco como órgão de controle para verificar essas questões que a gente está encontrando como falhas da gestão. E só é possível controlar e monitorar a política se houver planejamento e transparência da gestão.

Esses são os pontos que eu gostaria de trazer para a reflexão de hoje. Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** – Obrigada, doutora Vanessa.

Agora nós vamos para a última fala, da Ana Paula, e eu peço que quem desejar propor encaminhamentos... O caráter de uma audiência pública é ouvir, e nós ouvimos, mas caso tenhamos encaminhamentos concretos a dar em função das falas, eu peço que se inscrevam no *chat*, coloquem seus nomes que vamos abrir para encaminhamentos. Não é discussão agora, eu vou abrir falas de três minutos para quem desejar propor encaminhamento, tendo presente que esta audiência já produz uma ata, documento oficial que, na minha avaliação, já é um encaminhamento. Esta ata precisa ser endereçada não só aos órgãos de controle, que têm responsabilidades, como aqui foi colocado tanto pela doutora Lia como pela doutora Vanessa, mas ao gestor público estadual, o gestor da assistência social, e também aos representantes aqui dos profissionais, dos Secretários e também dos usuários.

Então esse já é um encaminhamento que eu estou propondo, que esta ata sirva de documento, com prazos definidos, em relação às questões que aqui foram levantadas. Não dá para irmos para a Conferência ainda com discussões de vários dos temas aqui; na Conferência eu entendo que a gente já tem que ter uma resposta prévia, anterior, da Secretaria do Desenvolvimento Social em relação aos temas que foram aqui mais uma vez... E falo mais uma vez porque nós estamos tratando de temas aqui que são reiteradamente temas antigos, não são temas novos, como já foi citado. Então, precisamos sair desse círculo e avançar, dar um passo para frente.

Então esse é um encaminhamento que eu gostaria de dar.

Passo a palavra à senhora Ana Paula Fischer, Defensora Pública e coordenadora do Núcleo de Cidadania, Igualdade, Diversidade, Direitos Humanos e Coletivos, da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina.

**A SRA. DEFENSORA ANA PAULA FISCHER** – Obrigada, Deputada. Meu nome é Ana Paula, eu sou Defensora Pública do Estado, atualmente eu sou coordenadora do Núcleo de Direitos Humanos e Coletivos e também do Núcleo de Habitação e Urbanismo e Direito Agrário da Defensoria Pública. Eu sou uma mulher branca, com cabelos longos, estou com uma blusa branca e com casaco rosa com alguns peixes em branco e estou sentada.

Inicialmente eu agradeço o valoroso convite para participar da presente audiência pública, cumprimento todos na pessoa da Deputada Luciane e da sua equipe, que são incansáveis nessa luta pelo Suas.

Eu quero registrar inicialmente a importância deste debate. Nunca o Suas foi tão ameaçado e eu vislumbro como um grande desafio lutar pelo seu fortalecimento nos dias de hoje por diversos motivos. Primeiro, o desafio é impedir o retrocesso social a fim de se manter os serviços já existentes e que foram conquistados com tanta luta, e aqui eu me refiro à tentativa que a gente percebe de desmonte dos serviços através da sua precarização, da desestatização, do corte dos recursos. Nesse contexto, o segundo desafio é conseguir avançar na implementação da política de assistência social, quando



a gente sabe que inúmeros serviços ainda não foram implementados nos Municípios. E o terceiro desafio mais recente que se vislumbra é um incremento dos usuários diante dos efeitos que foram trazidos com a pandemia.

O que se sabe é que muitas pessoas não precisavam contar com esse serviço e que hoje se encontram numa situação de vulnerabilidade social, e o que preocupa bastante a Defensoria é que essas consequências só estão iniciando. O significativo impacto econômico e social trazido pela pandemia acarretou o empobrecimento em massa da população, a desestruturação das famílias, então aumentando e amplificando a importância da política de assistência social.

Nesse contexto, é importante reforçar e relembrar que a assistência social é garantida na Constituição como um direito do cidadão, ela é garantida como uma política pública e, daí, a necessidade que o Estado assuma essa responsabilidade de garantir um serviço público efetivo, qualificado e, como foi posto aqui, há muitas dúvidas quanto à efetividade que o Estado está dando a essa política.

A erradicação da pobreza, da marginalização, a redução das desigualdades sociais, que são objetivos previstos na Constituição, perpassam pelo fortalecimento da política de assistência social, e essa concretização se dá, como já foi dito aqui, por um orçamento adequado às demandas, por isso justa a reivindicação de que haja a garantia de uma destinação mínima de recursos e a estabilidade no repasse aos Municípios, a sua correta gestão, como também a prestação do serviço através de um pessoal capacitado em número adequado para absorver essa demanda com equipes intersetoriais, completas, especializadas, o que implica na urgência da realização de concurso público no Estado.

A Defensoria Pública tem esbarrado frequentemente na sua missão de zelar pela concretização dos direitos, diante da precarização do serviço, diante da ausência de equipes completas, de reposição dos servidores públicos nas assistências sociais. Então essa questão preocupa bastante, preocupa diante da ausência de preocupação em zelar para que o serviço seja prestado de forma pública por servidores que tenham, então, garantias de estabilidade, que não sofram interferência na execução de suas funções.

Situação diversa ou mesmo a implementação dos serviços de assistência social por entidades parceiras, como se tem visto e muitas vezes discutido, preocupa-nos, porque muitas vezes isso favorece o retorno ao assistencialismo e ele não é capaz de superar situações de vulnerabilidade de modo duradouro e nem pode ser reconhecido como uma política pública diante do seu caráter imediatista e temporário.

Recentemente a Defensoria, este ano, implementou os Núcleos especializados em tutela coletiva, que têm, dentre uma das suas missões, atuar em prol do aprimoramento e do fortalecimento de políticas públicas, como a política de assistência social. A Defensoria sempre teve um caminho muito próximo à assistência social e sempre reconheceu suas limitações, sempre reconheceu a importância do trabalho e agora, além do trabalho já realizado pelos Defensores e pelas Defensoras Públicas nas demandas individuais, os Núcleos especializados têm dado prioridade na atuação, de uma forma ainda muito mais próxima, ao Suas, mostrando-se como uma parceira na luta pela efetivação dos instrumentos necessários a essa política.

Trazendo um pouco da nossa atuação, da nossa dificuldade como Defensoria, pois que temos como missão a concretização dos direitos dos grupos vulneráveis, nós podemos citar aqui algumas situações que nos fazem muitas vezes ter dificuldade de garantir o direito das pessoas que nos procuram. Por exemplo, a questão do enfrentamento ao combate da violência contra a mulher. Muitas vezes a gente pensa que a Lei Maria da Penha só tem o objetivo de punir o agressor, quando na verdade os seus eixos mais prioritários são a garantia, a prevenção e a assistência à mulher, exigindo



então uma rede articulada, capacitada, que garanta a assistência da mulher, o emprego, a moradia. Portanto, a importância de Creas e CRAS bem equipados, com equipes completas e qualificadas, são imprescindíveis para romper o círculo de violência contra a mulher e para que ela conquiste a sua autonomia.

Da mesma forma a gente vê aqui a necessidade de se garantir a ressocialização da população em situação de rua através da implementação de serviços adequados como Centro POP, serviços de abordagem social, casas de acolhimento, o que não temos em diversos Municípios. E ainda nós temos a situação do retorno da fome, que exige a implementação de equipamentos públicos, o que ainda também se dá de forma muito incipiente no Estado e, conseqüentemente, afeta a concretização da dignidade humana e dos direitos fundamentais e sociais.

Para finalizar a minha participação, quero dizer que a Defensoria, por atuar na promoção e proteção dos direitos humanos, tem esse caminhar muito próximo à assistência social e reconhece... Quero registrar aqui a minha admiração à dedicação dos servidores que têm um olhar muito atento e humanizado aos usuários, o que faz toda a diferença na proteção desses direitos. A Defensoria continuará, então, lutando para a estruturação e pelo fortalecimento da política pública de assistência social.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** – Obrigada, doutora Ana Paula.

Eu quero propor aqui um encaminhamento, a partir inclusive...

**A SRA. SOLANGE BUENO** – Deputada, eu me inscrevo para encaminhamento.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** – Ótimo. Eu ia só propor aqui o encaminhamento que a Janice está sugerindo e depois eu passo a palavra para a Solange também. [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]

Penso que as falas tiveram muita consonância do ponto de vista de identificar quais são as questões centrais que precisamos avançar na política da assistência social, destacando aqui essa síntese que a Janice colocou: sistema informatizado para vigilância socioassistencial, que é esse cruzamento de dados, informações e indicadores; sistema de acompanhamento financeiro e orçamentário do Suas, regular e automático; recursos humanos na gestão estadual, a garantia de profissionais, eu entendo assim, concursados para coordenar, para fazer a gestão da política estadual de assistência; ampliação do financiamento do Suas, avançar nos pisos também; avançar na construção do plano estadual de regionalização em Santa Catarina, em todas as regiões; execução do CapacitaSuas em 2021.

Esses primeiros cinco pontos são sugestões da Janice, e a sugestão da Vânia é a execução do CapacitaSuas em 2021, que será na modalidade a distância, conforme termo de referência; e inclusão imediata dos trabalhadores do Suas no Plano Estadual de Vacinação e Imunização - isso já está velho, não é, pessoal, porque está chegando a vacinação a todos os catarinenses e os trabalhadores do Suas ainda não foram contemplados.

Bom, nós ainda temos aqui a informação da Janice de que na reunião da CIB Saúde, no dia 1º, novamente não foram contemplados os trabalhadores do Suas.

Essas são as sugestões que vieram.

Agora nós temos a inscrição da Solange Bueno, do Feusuas, a quem concedemos a palavra, para depois irmos para o fechamento da nossa audiência.

**A SRA. SOLANGE BUENO** – Como encaminhamento, eu gostaria que tivéssemos Wi-Fi para todos os serviços, CRAS, Creas; equipamento dos trabalhadores



com câmera de TV para que possam alcançar um maior número de usuários; que a Internet seja acessível para os usuários e para os trabalhadores; que seja usada a lei de acessibilidade, inclusive derrubando as barreiras que impedem os usuários de serem atendidos em regiões onde não há acesso à Internet; que isso conste da pauta do Coegemas, da CIB, para que seja estabelecida uma forma de inclusão; e que também tenhamos, o que até hoje a gente ainda não conseguiu, o álcool em gel 70% e as máscaras para os usuários e os trabalhadores que precisam ser atendidos e para que a gente possa ter condições de participar das conferências.

Eu acho que esses itens precisam estar nos encaminhamentos para a Conferência de Assistência Social: a questão da acessibilidade, do gel, de equipamentos de segurança, como máscaras, e a questão da Internet, que é uma barreira grave, é uma barreira gravíssima no sentido de atingir os usuários, principalmente os que não têm condições.

E uma atenção muito específica aos imigrantes estrangeiros, também como encaminhamento. O pessoal tem uma grande dificuldade na Receita Federal para ter acesso a documento, porque tem uma longa fila de espera, é só *on-line*, eles ficam meses esperando. Então, já que temos os Defensores, o pessoal do Ministério Público, que seja vista a questão dos imigrantes que vêm para cá e precisam acessar documentos.

E também como encaminhamento, que não esqueçamos da luta dos quilombolas, dos índios em defesa da terra; que tenhamos mais acesso à questão do INSS e à plataforma para acesso ao BPC, pois na atual conjuntura de pandemia isso é inviável, e por isso essa questão do Wi-Fi no serviço, porque para muitos Municípios ainda não é acessível. Então que seja usada a nossa lei de inclusão.

Era isso, obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti) –**  
Obrigada, Solange.

Todos os pontos que foram tratados nas falas de todos e todas aqui serão considerados nesta ata. A gente só levantou alguns pontos que, eu diria, são macros da política. A Solange traz o tema da conferência, que por si só já tem uma série de tratativas, que eu entendo que nós precisamos cuidar: a preocupação da acessibilidade, da segurança tanto dos usuários como dos trabalhadores. Mas não vejo aqui que tenha divergência em nenhum dos encaminhamentos que foram propostos.

Podemos considerar como esses encaminhamentos, a partir das falas que foram dadas, a produção do documento oficial e o seu envio ao Secretário. E aí, Luciane, nós agradecemos muito a tua presença até o final, mas nós vamos constar nesse documento uma devolutiva sobre todos esses temas com o Secretário presencialmente. Fica esse registro aqui, pois é fundamental que ele não apenas tenha acesso a esse documento, como também estabeleça uma relação com a Frente Parlamentar e internamente no governo – se precisar nós estaremos juntos também fazendo esse mesmo diálogo – para levar essa pauta, que não é a pauta de uma Deputada, não é da Frente, não é do Ministério Público, ou do Tribunal, ou da Solange, ou do Nestor, ou da Fecam, é uma pauta da sociedade catarinense o fortalecimento do Suas.

Portanto, eu gostaria que a gente concluísse com esse encaminhamento, pois precisamos aqui de respostas. A minha proposta é que a gente dê um prazo de trinta dias para que essa reunião aconteça com essa representação aqui e o Secretário de Estado do Desenvolvimento Social, e que a partir dessa reunião presencial nós possamos ter respostas concretas.

Tem acordo nesse encaminhamento? Caso contrário, a gente manda o documento e fica para amarrar outra conversa e vai, vai, vai. Acho que a gente está aqui num entendimento de que muitas coisas aconteceram, reconhecemos, no ano passado



tivemos o avanço no financiamento; eu tenho acompanhado os Secretários nos últimos dez anos e tenho dito publicamente, pelas falas que eu tenho acompanhado do Secretário Claudinei, que ele tem se posicionado em defesa da política do Suas. Mas a gente quer somar aqui para dizer que nós não abrimos mão das prerrogativas que estão presentes nas normas regulamentadoras, na Loas e, principalmente, em tudo que a gente tem discutido ao longo dos últimos anos nas Conferências da Assistência Social. Tudo bem? Pode ser esse encaminhamento?

**A SRA. LUCIANE NATALÍCIA DOS PASSOS** – Deputada, se a senhora me permite, para a gente finalizar a questão do encaminhamento, e eu peço desculpas inicialmente por também não ter feito a minha audiodescrição, mas eu sou uma mulher negra de 1,56m, de 40 anos, e estou com uma calça preta e uma blusa verde.

Só para a gente fechar o encaminhamento. É isso, a senhora encaminha, porque é bem importante, como a senhora trouxe agora, que não é uma luta somente dos representantes, é de toda a sociedade, assim como as dificuldades do Estado também não estão na minha pessoa nem na dos meus colegas aqui da Secretaria. Isso é bem importante. A minha atribuição é técnica, eu não tenho o poder da caneta para resolver nada, então todos esses pontos colocados aqui estão de acordo também com os nossos colegas, com os meus colegas da diretoria. A gente sabe desse levantamento, então é bem importante que esse relatório chegue nas mãos do Secretário, sim, e que a gente possa fazer uma outra reunião com a presença dele.

A nossa capacidade, o nosso conhecimento técnico de tudo que vocês trouxeram não é nada diferente, é isso que eu tenho para reforçar. No entanto, quem tem que decidir é quem tem que responder, mas nós, tecnicamente, estamos à disposição, trabalhamos muito, não trabalhamos pouco, viramos noite, e isso não pode nunca deixar de ser considerado.

Outra coisa também, aproveitando esta audiência e todos os pontos que nós tratamos há tantos anos, há tanto tempo, o Legislativo, na sua pessoa, Deputada, que é uma grande lutadora em defesa das políticas públicas, e os órgãos de controle nos ouvem tantas e tantas vezes colocando que nós não temos a condição técnica, que a gente não tem pessoas, que a gente não tem isso, não tem aquilo para colocar a nossa política como deve ser. Então na pessoa da Vanessa, do TCE, da doutora Lia, da doutora Ana Paula, que os órgãos de controle também sejam chamados a essa responsabilidade, sabendo que o Executivo está nas condições em que está.

Era isso o que eu gostaria de dizer para finalizar, parabenizando-os mais uma vez por este momento e agradecendo a todos que participaram desta oportunidade.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Deputada Estadual Luciane Carminatti)** – Obrigada, Luciane.

Eu coloco a proposta de trinta dias porque eu acho que a gente precisa criar um movimento no Estado um pouco na perspectiva do que a Luciane está trazendo aqui. Nós não estamos aqui brigando com a Luciane nem fazendo disputa com uma técnica da Secretaria do Desenvolvimento Social. Nós queremos dizer que todas nós e todos nós aqui estamos imbuídos num movimento e nesse movimento nós precisamos dar passos. O próprio governo precisa compreender esse movimento, porque as políticas de Estado também acabam fazendo disputa de Orçamento, de pauta prioritária e se nós não pautarmos o Suas, ele vai ficando para trás.

Então, o que eu estou propondo aqui é que esse documento seja endereçado e que em trinta dias a gente faça uma reunião já com respostas, não é para discutir o documento. O Secretário já vai ter a síntese das falas e é para dizer: isso nós



conseguimos, isso nós não conseguimos, porque aí a gente também enxerga quais são os outros movimentos que nós temos que fazer para avançar. Certo?

Eu quero, desta forma, agradecer muito, acho que foi uma audiência de alto nível, olha que eu acompanho há muito tempo, não é, Janice, eu estou muito satisfeita com as diferentes manifestações e quero fazer também um relato da importância dos órgãos de controle aqui hoje. Não sei se nós tivemos a presença dos órgãos de controle, dessas mulheres maravilhosas, desse trio, em outros momentos, mas é muito importante para nós que os órgãos de controle estejam aqui para dizer que essa política é fundamental em Santa Catarina e nós vamos trabalhar para que ela cada vez mais se consolide.

Eu quero agradecer a presença de todas e de todos que estão conosco aqui, agradecer pelas falas, pelas manifestações, pelos encaminhamentos, vamos criar esse movimento em defesa do Suas. Também agradeço a todos e a todas que acompanharam pelo YouTube e pela TVAL. E que sigamos! Esta foi mais uma etapa, mais um movimento, mais um momento, mas nós não paramos aqui, não tem ponto final. Sigamos e, com certeza, na próxima, Luciane, nós teremos mais avanços a construir juntos.

Um grande abraço e obrigada, e obrigada à equipe também que esteve conosco aqui. Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a audiência pública. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [Transcrição: Lucas Valente Munhoz Madeira / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini / Leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira]

**DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI  
PROPONENTE E PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**